

# A UNIÃO EUROPEIA E O IRÃO

## EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO?

*José Luís Alves*

Entre as questões que vão marcar a agenda internacional nos próximos meses, nomeadamente durante a presidência portuguesa da União Europeia (UE), destaca-se a evolução da situação no Irão. A crescente pressão da comunidade internacional, consubstanciada na aprovação de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU, tem sido insuficiente para travar as intenções de Teerão, que insiste no desenvolvimento de um projecto nuclear próprio. Na acção da diplomacia europeia, que durante os últimos anos tem vindo a desempenhar um papel importante nas tentativas de negociação com o regime iraniano, reside grande parte das possibilidades de encontrar uma solução aceitável e satisfatória para todas as partes envolvidas. No mínimo, e caso seja impossível evitar um agudizar repentino da crise, a UE deverá procurar assegurar a manutenção de canais de comunicação com Teerão, mas, independentemente do cenário que se venha a concretizar, o Irão surgirá como um factor importante na definição da política externa da UE durante a presidência portuguesa.

### **PORTUGAL E O IRÃO – 500 ANOS DEPOIS**

Os primeiros contactos entre portugueses e persas ocorreram no início do século XVI, com a presença de Afonso de Albuquerque no golfo Pérsico, mas as relações bilaterais foram abandonadas durante séculos, só sendo oficialmente reatadas em 1971. Apesar das repetidas declarações de ambas as partes, a cooperação entre Portugal e o Irão tem sido extremamente limitada, resumindo-se a contactos dispersos e sem um quadro definido e coerente de objetivos. As relações comerciais entre os dois países nunca atingiram um elevado nível, em parte porque Portugal não importa petróleo iraniano para combustível, pois as refinarias portuguesas não têm capacidade para tratar o petróleo pesado produzido pelo Irão. A criação de uma Câmara de Comércio entre os dois países, por iniciativa da Embaixada Iraniana em Lisboa, contribuiu para um considerável incremento nas relações comerciais em 2006, mas, mesmo a nível cultural, os contactos continuaram a ser dispersos e inconsequentes. Se, do lado iraniano, se notaram apelos ao desenvolvimento das relações, inclusivamente a nível político, já que «o

Irão gostava de ver o Governo português assumir uma posição nas negociações da crise nuclear»<sup>1</sup>, Portugal manteve sempre uma posição cautelosa, não demonstrando interesse numa aproximação privilegiada. Em sintonia com a UE, Lisboa criticou abertamente as violações dos direitos humanos e as tentativas de negação do Holocausto, mas continuou a tentar demonstrar uma abertura moderada e condicionada à evolução da situação no Irão. Curiosamente, Portugal ocupa a presidência da UE no ano em que se comemoram os quinhentos anos das relações diplomáticas entre os dois países, mas também no exacto momento em que o programa nuclear iraniano está no topo da agenda internacional. No contexto actual, em que a aproximação ou o afastamento entre Lisboa e Teerão tem vindo a acompanhar de perto as opções da PESC, importa conhecer a evolução recente das relações entre a UE e o Irão, pois Portugal não demonstra capacidade ou interesse em se afirmar como um elo decisivo na definição dessa política.

### **DO DIÁLOGO CRÍTICO ÀS SANÇÕES**

No passado, os diversos países que constituem a UE, em especial as principais potências, estabeleceram diferentes tipos de relacionamento na região, tendo como consequência o aparecimento de interesses próprios e zonas de influência. Mesmo causando diferentes percepções nas lideranças iranianas, o conjunto da sua actuação foi quase sempre visto como um comportamento colonizador, o que colidia com os fortes sentimentos de identidade nacional que caracterizam o Irão. A partir de 1992, no entanto, a política

externa da UE passou a exprimir um posicionamento consensual em relação ao Irão, reconhecendo-lhe um papel importante na resolução dos conflitos regionais e no fornecimento de energia. Os contactos iniciais agradaram aos dirigentes iranianos, que enfrentavam o desaparecimento de Khomeini e o fim do mundo bipolar, vendo nesse diálogo crítico uma forma de fugir ao isolamento e assegurar alguma integração na comunidade internacional.

A eleição de Muhammad Khatami para a presidência, em 1997, criou um clima ainda mais favorável ao relacionamento mútuo, marcando o início do diálogo global. As negociações foram alargadas, procurando estabelecer bases sólidas para desenvolver as relações políticas e comerciais entre as duas partes, passando a abranger questões globais (terrorismo, direitos humanos e proliferação nuclear), regionais (Iraque, golfo Pérsico, Ásia Central, processo de paz do Médio Oriente) e outros sectores com potencial de cooperação (droga, refugiados, energia, trocas comerciais e investimentos). Em Maio de 2001, na sequência de uma proposta da Comissão<sup>2</sup>, o Conselho Europeu aprovou a negociação de um acordo de comércio e cooperação com o Irão, muito embora o condicionasse a uma evolução positiva das reformas políticas, económicas e legislativas em curso no país. Mas, mesmo sem terem sido formalmente abolidos, estes planos foram congelados em 2003, quando Teerão foi forçado a reconhecer a existência de componentes não declaradas à AIEA no seu programa nuclear. Apesar da crise de confiança, foi ainda a UE que assegurou a conclusão de um último acordo<sup>3</sup>

com a liderança iraniana, desta vez através do UE-3 (Alemanha, França e Reino Unido), em que Teerão se comprometeu a suspender voluntariamente as actividades nucleares, nomeadamente o enriquecimento de urânio.

No entanto, em Agosto de 2005, após rejeitar a proposta da UE-3 para um acordo de cooperação a longo prazo<sup>4</sup>, que incluía a colaboração num projecto nuclear civil, o Irão retomou todas as actividades do programa nuclear que suspendera meses antes. Em resposta, a UE aceitou enviar o dossiê nuclear para o Conselho de Segurança da ONU, contribuindo decisivamente para a elaboração e posterior aprovação unânime das resoluções 1737<sup>5</sup> e 1747<sup>6</sup>. Mais do que insistir num conjunto de sanções económicas de eficácia duvidosa, que muitas vezes afectam mais as populações do que os regimes, as resoluções aplicaram um embargo ao fornecimento de bens e tecnologias que possam ser relacionados com os programas nuclear e de mísseis do Irão, proibindo vistos e congelando activos de pessoas e entidades que lhe estão associadas. Enquanto assegurava a aplicação das decisões do Conselho de Segurança, aprovando uma Posição Comum<sup>7</sup> e procedendo à regulamentação das sanções<sup>8</sup>, a UE procurou demonstrar que continuava a apoiar os esforços para encontrar uma solução negociada para a crise, mantendo em aberto os contactos com os dirigentes iranianos.

### **O QUE MUDOU NO IRÃO?**

A vida política iraniana não sofreu uma mudança profunda durante o último ano, mas os círculos do poder foram agitados

por alguns acontecimentos, a nível interno e no plano internacional, que podem condicionar a sua actuação e a co-relação de forças no seu interior. As implicações destes acontecimentos dependem da forma como os dirigentes iranianos sentirem o seu impacto e analisarem as suas possíveis consequências, mas a complexa relação de forças que determina as posições da liderança iraniana deverá continuar a privilegiar o que considera ser o interesse nacional, a segurança e a integridade territorial da República Islâmica.

Mais do que a aprovação da Resolução 1737, que não surpreendeu Teerão, ou dos seus limitados efeitos práticos, a forma unânime como foi adoptada constituiu um profundo abalo para os dirigentes iranianos. Tinha-se esfumado o esforço para uma maior integração na comunidade internacional, e o crescente isolamento do Irão, comprovado pelo sentido de voto da Rússia e da China, criou um cenário incompatível com a aspiração de assegurar uma posição que julga ser sua por direito. Se o completo isolamento pode exacerbar a necessidade de confiar apenas nas suas próprias forças para assegurar a defesa do país, servindo de justificação para a aquisição de armamento nuclear, a experiência recente, nomeadamente a longa guerra com o Iraque, não permite esquecer as debilidades que provoca. O Irão, se pretende potenciar o seu valor geoestratégico, deve evitar esse isolamento a todo o custo, e, em qualquer altura, o pragmatismo pode suplantar o fervor revolucionário que o Presidente Ahmadi-nejad tenta reintroduzir na política externa iraniana.

Os fracos resultados dos apoiantes de Ahmadinejad nas eleições municipais de Dezembro, nomeadamente em Teerão, coincidiram com a derrota das posições radicais que o *ayatollah* Messbah Yazdi defendia nas eleições para a Assembleia de Peritos, abrindo caminho ao aparecimento de novas facções entre os conservadores e reduzindo a margem de manobra do Presidente. No plano internacional, a sua actuação está longe de ser consensual entre a elite iraniana, e alguns sectores consideram que as inflamadas declarações de Ahmadinejad apenas ajudam a fomentar um clima de desconfiança e a dificultar a acção diplomática. No caso do programa nuclear, como salienta o *ayatollah* Montazeri, «desde que as potências mundiais se tornaram sensíveis a este assunto que não deveríamos fazer afirmações que as provocassem, aumentando a sua sensibilidade, o que as une contra nós. É claro que não podemos exercer o nosso direito através de slogans vagos e provocatórios»<sup>9</sup>. Com o clima de tensão na região a condicionar a captação de investimento no exterior, os problemas do Presidente são ainda mais evidentes, tornando-se particularmente difícil assegurar um crescimento da economia e do emprego compatível com as necessidades da população, em especial das que apresenta uma classe média urbana com um nível de educação e de exigência cada vez mais elevado. A repressão tem aumentado consideravelmente, seja exercida contra os opositores políticos ou os direitos das mulheres, e a liberdade de expressão tem vindo a ser cada vez mais limitada. Se, mesmo sem melhorar consideravelmente

as condições de vida dos mais desfavorecidos, Ahmadinejad parece contar ainda com um considerável apoio nessa importante fatia do eleitorado, continua, a meio do mandato, a ter imensa dificuldade para se movimentar nos complexos bastidores da política iraniana.

«Mas se e quando a situação económica interna se começar a deteriorar, em resultado do isolamento, de sanções ou de uma má gestão geral da economia, o regime, em particular o Supremo Líder *Ayatollah* Khamenei, pode optar por mudar de rumo. Apesar de se afastar habitualmente de um discurso de compromisso, a prioridade da elite teocrática do país é a sobrevivência do regime, não a ideologia.»<sup>10</sup>

No entanto, essa mudança poderá ser meramente cosmética, promovendo, por exemplo, a substituição de Ahmadinejad por outro ultraconservador da nova vaga, não sendo previsível, no curto prazo, um retorno em força dos reformistas.

### **QUE IRÃO ATÉ 2008?**

A vida política iraniana deve conhecer um período de efervescência durante os próximos meses. A agitação tenderá a aumentar com a aproximação das eleições para o Majlis, agendadas para Fevereiro de 2008, e conservadores e reformistas já tentam formar alianças<sup>11</sup> para obter um bom resultado nas urnas. Caso sintam a sua posição ameaçada, os ultraconservadores poderão ser tentados a usar todos os meios para manter o controlo da situação, nomeadamente os mais repressivos. Além

dos Guardas da Revolução, um verdadeiro exército que recuperou poder com Ahmadinejad, controlam as milícias, as forças policiais e o aparelho judicial, podendo restringir ainda mais as liberdades individuais e limitar a capacidade de expressão da oposição política tolerada. A degradação económica e social pode contribuir para intensificar os apelos nacionalistas, mas, tendo em conta o tom populista de Ahmadinejad, a sua utilização na luta política interna será sempre uma realidade. Neste cenário, é provável que surjam tentativas de criar ou explorar incidentes ou polémicas que salientem as ameaças externas, o que poderá condicionar as relações com o exterior, nomeadamente as negociações sobre o programa nuclear. No entanto, sem circunstâncias excepcionais, não é crível que a situação interna seja consideravelmente alterada durante os próximos meses, pois o parlamento não é suficientemente importante na vida política iraniana para que os actores joguem todos os seus trunfos nesta fase.

A actuação do Irão na cena internacional, mesmo que influenciada pela conjuntura interna, continuará a privilegiar a integridade territorial do país e a sobrevivência da República Islâmica. A um tumultuoso relacionamento no passado, culminando com a inclusão no «Eixo do Mal», seguiu-se o incremento do poderio militar norte-americano na região e o desaparecimento do Iraque de Saddam Hussein, transformando os EUA na maior ameaça externa que o Irão tem de enfrentar. Se a presença dos EUA despertaria sempre a retórica anti-imperialista dos dirigentes iranianos, mesmo que se limitasse a eliminar os prin-

cipais opositores de Teerão, a profunda alteração que causou no equilíbrio regional não criou apenas novas ameaças, mas também novas possibilidades de acção. A oposição que os norte-americanos enfrentam no Iraque, que os enfraquece e os impossibilita de avançar de imediato contra Teerão, é vista pelos dirigentes iranianos como um factor fundamental para a sua segurança, mas a capacidade do Irão para interferir nos países vizinhos é limitada pelos receios de fomentar tensões étnicas. Os estilhaços da fragmentação do Iraque facilmente ultrapassariam fronteiras, pondo em risco a unidade da República Islâmica, e apenas num cenário de conflito total o Irão poderá apostar na desestabilização de um país limítrofe. Influenciar a evolução dos acontecimentos no Líbano ou na Palestina será a aposta mais provável num clima de escalada da tensão, até porque a tentativa de liderar a oposição a Israel tem sido frequentemente utilizada para amenizar os problemas de afirmação do Irão num mundo islâmico maioritariamente árabe e sunita, e poderá ser particularmente tentadora num clima de grande isolamento internacional.

## **CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES DE COMPROMISSO**

Após quinze anos de altos e baixos, a política de diálogo entre a UE e o Irão está distante dos objectivos iniciais. Incapaz de contribuir para uma evolução positiva em áreas sensíveis, a perspectiva de intensificar o comércio e a cooperação sucumbiu face ao retrocesso das reformas políticas no Irão, ficando refém do programa nuclear iraniano. Mas, em conse-

quência dessa política, a UE assumiu um papel relevante nas negociações com os dirigentes iranianos, e as possibilidades de assegurar uma solução aceitável para todas as partes estão muito dependentes da sua capacidade de acção. Na crise actual, a UE tenta impedir a ameaça de um Irão dotado de armamento nuclear, que poria em risco a segurança europeia e o equilíbrio regional, mas, simultaneamente, procura evitar uma intervenção militar estrangeira contra a República Islâmica, que afectaria o mercado energético e mergulharia a região num conflito sem fim à vista.

«Na prática, apesar da suspensão de actividades nucleares sensíveis após o Acordo de Paris, os iranianos continuaram a desenvolver o seu programa à sua própria velocidade, mais limitados pelas dificuldades técnicas que pelas resoluções da ONU ou da AIEA. A seu tempo, podemos esperar que o Irão adquira capacidade para enriquecer urânio nas quantidades necessárias para um programa de armamento.»<sup>12</sup>

Neste cenário, em que as sanções não asseguram por si só o abandono voluntário do programa nuclear e um ataque militar, mesmo que o atrase significativamente, dificilmente o travará em definitivo, é fundamental manter em aberto as negociações com os dirigentes iranianos. Neles residem as reais possibilidades de suspensão duradoura da componente militar do programa, uma decisão que só poderão aprovar se virem salvaguardados os direitos e a segurança do Irão, mas que só

serão tentados a adoptar se sentirem que os custos do não cumprimento são demasiado elevados.

Além de reforçar as anteriores propostas, definindo medidas concretas e metas para a sua implementação, nomeadamente a garantia de que o Irão receberá apoio se desenvolver o seu programa nuclear civil ao abrigo do disposto no TNP, uma estratégia de entendimento de longo prazo com o Irão só poderá ter sucesso se incluir os EUA. A presença dos norte-americanos nas negociações, acompanhada pelo estabelecimento de relações directas entre os dois países, é um factor essencial para ultrapassar a insegurança sentida pelo Irão, garantindo-lhe que não será atacado quando estiver assegurada alguma estabilidade no Iraque. A existência de alguns interesses comuns entre os EUA e o Irão deverá ser explorada para facilitar os contactos iniciais, pois só um novo relacionamento entre os dois países poderá evitar que os dirigentes iranianos continuem a tentar aproveitar as dificuldades conjunturais dos norte-americanos para apostar no programa nuclear. Mas, se este representa um seguro de vida da República Islâmica, a afirmação internacional e o desenvolvimento económico do país nunca atingirá o seu potencial em oposição aos EUA, e, se os incentivos forem suficientemente encorajadores, os dirigentes iranianos podem ser tentados a apelar a uma dose extra de pragmatismo.

Reforçar a capacidade do Irão através do acesso à tecnologia nuclear, mesmo que com custos elevados, é uma opção demasiado tentadora, em especial quando existem sectores empenhados em alimentar

um clima de confrontação e a utilizar o programa nuclear como instrumento de mobilização interna e de legitimação do regime. Por isso, a evolução da situação no Irão, nomeadamente a luta pelo poder no seio do regime, terá de ser seguida atentamente, sendo de evitar todo o tipo de acções e declarações que possam ser utilizadas para inflamar os ânimos no interior do país ou para aumentar o nível de insegurança. Mas, além de incentivos e garantias, será necessário enviar aos dirigentes iranianos um claro sinal do preço que pagarão por uma ruptura completa, sendo fundamental assegurar a coesão da comunidade internacional em torno das sanções adoptadas pelo Conselho de Segurança. Neste campo, terá de ser desenvolvida uma intensa actividade diplomática, incidindo particularmente nas potências que habitualmente mantêm um relacionamento privilegiado com Teerão, nomeadamente a Rússia, a China, a Índia e todos os países que circundam o Irão. Mais do que tentar impor estrangulamentos económicos, que resultaram em claros fracassos no passado, as sanções deverão continuar centradas nos programas que pretendem impedir, contribuindo para que o Irão sinta uma clara erosão do seu papel e da sua capacidade de acção na cena internacional.

As dificuldades em assegurar um compromisso são evidentes e estão patentes nas condições mínimas para o alcançar, mantendo-se elevadas as probabilidades de um qualquer incidente provocar um súbito agravamento da situação. Os esporádicos sinais de desanuvioamento, como a participação de delegações iranianas nas

conferências sobre o Iraque ou o fim do bloqueio americano ao início das negociações entre Teerão e a OMC, não são suficientes para inverter o clima em que se desenvolvem as relações entre o Irão e os EUA, ainda condicionado entre um passado tumultuoso e as divergências do presente. Apesar das vantagens que cada parte poderia obter, continuam a existir, de ambos os lados, resistências e grupos de pressão suficientemente fortes para impedir um entendimento, mantendo-se válidas, na generalidade, as condições que ditavam o comportamento de ambos os actores em 2006<sup>13</sup>. A UE poderá ser obrigada a rever os seus objectivos em função dos desenvolvimentos no terreno mas, em qualquer cenário de curto prazo, deverá continuar em condições de desempenhar um papel importante na manutenção dos contactos diplomáticos e participar activamente nas tentativas para resolver a crise.

## **CONCLUSÃO**

Reconhecendo o papel que o Irão pode desempenhar na região e a sua importância como fornecedor de energia, a UE procurou melhorar o relacionamento político e comercial com Teerão, embora o condicionasse à evolução da situação no interior do país. Após anos de diálogo, o projecto ficou refém do programa nuclear iraniano, e a UE passou a ter como objectivos mínimos impedir o acesso do Irão ao armamento nuclear e evitar a crise que uma intervenção militar contra a República Islâmica pode provocar. Apesar das dificuldades para travar a concretização de qualquer um destes cenários, ou mesmo

dos dois em simultâneo, o papel que a UE desempenhou nos últimos anos, em especial nas tentativas de acordo sobre o programa nuclear, assegura-lhe uma posição de relevo em qualquer processo negocial. Durante os próximos meses a UE deverá investir na manutenção dos canais de comunicação com o Irão, de modo a que os dirigentes iranianos ainda possam ser tentados a adoptar uma posição de entendimento. As possibilidades de uma interrupção voluntária do programa nuclear iraniano dependem da capacidade de transmitir a Teerão um alargado conjunto de incentivos e penalizações, evidenciando as vantagens económicas e políticas de um acordo, em claro contraste com a insegurança e a estagnação do isolamento. Esta estratégia depende da união da comunidade internacional em torno das sanções, mas deve assegurar o mesmo empenhamento em relação aos incentivos, e não pode esquecer a evolução no interior do Irão, abstendo-se de atitudes que possam interferir na luta pelo poder em Teerão. O reatamento das relações oficiais entre o Irão e os EUA, criando condições para um novo quadro de relacio-

namento na região, é uma condição essencial para a contenção da crise, assegurando aos dirigentes iranianos o que eles consideram ser o seu nível mínimo de segurança.

Independentemente do rumo dos acontecimentos, o relacionamento com o Irão vai estar no topo da agenda internacional durante os próximos meses. A suspensão ou manutenção do programa nuclear iraniano será acompanhada por entendimentos ou incidentes de intensidade variável, que vão requerer um esforço diplomático constante e uma elevada capacidade negocial. Ao assumir a presidência da UE, Portugal, que não tem relações particularmente desenvolvidas com o Irão, pode, ainda assim, desempenhar um papel importante no sucesso da política europeia. Apesar das negociações com Teerão serem conduzidas preferencialmente pelos UE-3 e por Javier Solana, a necessidade de manter a unidade da UE e da comunidade internacional exigirá grande capacidade de acção à diplomacia portuguesa, um grau de exigência que será ainda maior se ocorrer um repentino agravar da crise até ao final de 2007. *RI*



## NOTAS

- 1 «Irão gostava de ver Portugal nas negociações da crise nuclear». RTP Informação [27 de Junho de 2006]. [Consultado a 21 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.rtp.pt/index.php?article=246844&visual=16>.
- 2 COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Relações entre a União Europeia e a República Islâmica do Irão* [Consultado a 21 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/comm/external\\_relations/iran/doc/com\\_2001\\_71pt.pdf](http://ec.europa.eu/comm/external_relations/iran/doc/com_2001_71pt.pdf).
- 3 *Agreement* [Paris-15<sup>th</sup> November 2004]. [Consultado a 22 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcirc/2004/infcirc637.pdf>.
- 4 *Framework for a Long-Term Agreement Between the I.R. of Iran and France, Germany & U.K., with the Support of the High Representative of The E.U.* [Consultado a 22 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/docs/0508/EU050808.pdf>.
- 5 CONSELHO DE SEGURANÇA – *Resolution 1737* [2006]. [Consultado a 23 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://www.iaea.org/News Center/Focus/laealran/unscre\\_1737-2006.pdf](http://www.iaea.org/News Center/Focus/laealran/unscre_1737-2006.pdf).
- 6 CONSELHO DE SEGURANÇA – *Resolution 1747* [2007]. [Consultado a 23 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://www.iaea.org/News Center/Focus/laealran/unscre\\_1747-2007.pdf](http://www.iaea.org/News Center/Focus/laealran/unscre_1747-2007.pdf).
- 7 Posição Comum 2007/140/PESC do Conselho. [Consultado a 23 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2007/L\\_061/L\\_06120070228pt00490055.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2007/L_061/L_06120070228pt00490055.pdf).
- 8 Regulamento (Ce) N.º 423/2007. [Consultado a 23 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2007/L\\_103/L\\_10320070420pt00010023.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2007/L_103/L_10320070420pt00010023.pdf).
- 9 AMIRI, Nooshabeh – *Last Year Was the Year of Slogans, Conflict, Silence and Censorship, Rooz Interview with Ayatollah Montazeri*. Rooz [19 de Abril de 2007] [Consultado a 24 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.roozonline.com/english/archives/2007/04/003804.php>.
- 10 SADJAPOUR, Karim – «How relevant is the Iranian Street?». In *The Washington Quarterly*. 30:1, Janeiro de 2006, p. 160. [Consultado a 25 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://www.twq.com/07winter/docs/07winter\\_sadjapour.pdf](http://www.twq.com/07winter/docs/07winter_sadjapour.pdf).
- 11 MEMARIAN, Onid – *Conservatives React to Emerging Unity among Reformists*. Rooz [19 de Abril de 2007] [Consultado a 24 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.roozonline.com/english/archives/2007/04/003805.php>.
- 12 DOMBEY, Daniel – *EU Report on Iran: Details and Full Text*. FT.com [13 de Fevereiro de 2007]. [Consultado a 22 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/9222452a-bb66-11db-afe4-0000779e2340.html>.
- 13 Cf. ALVES, José Luís – «O que faz correr Teerão?». In R-I, n.º 10, Junho de 2006, pp. 107-120.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, José Luís – «O que faz correr Teerão?». In R-I, n.º 10, Junho de 2006, pp. 107-120.
- BARZEGAR, Kayhan – «Iran and the new Iraq: security challenges and foreign powers». In *Alternatives. Turkish Journal of International Relations*, vol. 5, n.º 3, Outubro de 2006, pp. 77-88.
- LEONARD, Mark – *Crunch-time on Iran: Five Ways out of a Nuclear Crisis*. [Acedido a 15 de Abril de 2007]. Disponível em: [www.cer.org.uk/pdf/pbrief\\_iran\\_july05.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/pbrief_iran_july05.pdf).
- MALONEY, Suzanne (ed.) – *Iran: Time for a New Approach*. [Acedido a 15 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Iran\\_TF.pdf](http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Iran_TF.pdf).
- MORADI, Manouchehr – «Caspian pipeline politics and Iran-EU relations». In *UNISCI Discussion Papers*, n.º 10, Janeiro de 2006, pp. 173-184.
- POSCH, Walter (ed.) – *Iranian Challenges* [Acedido a 14 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.iss-eu.org/chailot/chai89.pdf>.
- POSCH, Walter – *Iran: Between Co-operation and Confrontation* [Acedido a 10 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.iss-eu.org/activ/content/rep07-01.pdf>.
- SADJAPOUR, Karim – «How relevant is the Iranian street?». In *The Washington Quarterly*, 30:1, Inverno de 2006-2007, pp. 151-162.
- SCHLOTTER, Peter – *European Union and Iran: Conditions and Perspectives for Cooperation* [Acedido a 12 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.hsfk.de/abm/ak/iran/schlott.htm>.